

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CURSO DE EXTENSÃO: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE DESENVOLVIDO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Joelma Oliveira Farias
Universidade do Estado da Bahia

Joseane de Jesus Souza
Universidade do Estado da Bahia

Vanessa Costa Souza
Universidade do Estado da Bahia

Marisela Pi Rocha
Universidade do Estado da Bahia

Resumo: Este relato de experiência tem como finalidade descrever a vivência, aprendizados e contribuições do Curso de Extensão “Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo a diversidade sexual, o enfrentamento ao sexismo e a LGBTQIA+fobia”, desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia-UNEB Campus XII. Nesse curso foram abordados conceitos como gênero, sexualidade, corpo, sexismo, feminismo, patriarcado, poder, desigualdade sexual e social, LGBTQIA+fobia e dentre outros. Todas as discussões do curso foram fundamentadas pelos mesmos autores utilizados na escrita desse relato como, Carneiro (2011), Colling (2018), Freire (2011), Louro (1997), Beauvoir (2019) e outros. Esta é uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos e sites de notícia. Quando analisa-se o tema do curso é possível perceber a importância deste, quando as discussões são orientadas principalmente para o ambiente escolar e também para o contexto social, de maneira que possam ser desnaturalizadas algumas formas de pensamento e que a educação seja perpetuada de maneira que forme sujeitos livres das amarras que a sociedade impõe.

Palavras chave: Corpo. Gênero. Sexualidade.

Introdução

O presente texto foi desenvolvido a partir da experiência vivenciada no Curso de extensão “Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo a diversidade sexual, o enfrentamento ao sexismo e a LGBTQIA+fobia”, desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia- UNEB Campus XII. Este teve como principal objetivo dialogar com os participantes numa perspectiva de linguagem clara que permitiu o despertar de novos olhares e retomadas nas escritas e leituras desta temática. Nesse sentido, falar sobre gênero e sexualidade é falar das possibilidades do indivíduo, viver e pertencer a um espaço, construindo assim sua identidade.

Entende-se que este trabalho proporciona aos licenciandos novos olhares sobre como trabalhar essa temática na sala de aula, além de ser uma grande oportunidade dos discentes

ampliarem seu conhecimento, fazendo uma confabulação entre teoria e prática. Dessa forma, a Universidade constitui-se um espaço para aprendizagem da docência por meio de uma reflexão crítica sobre determinado assunto.

A seguir, serão apresentadas algumas discussões e contribuições da participação no grupo de estudo na formação de futuros/as/es professores/as. Utilizou-se da metodologia orientada pela pesquisa bibliográfica e leitura de artigos acadêmicos. As discussões são norteadas a partir de três pontos: 1. Gênero, Sexualidade e Poder; 2. Corpo, Gênero e Sexualidade na Educação Infantil; 3. Emergência do Gênero.

Gênero, Sexualidade e Poder

É preciso considerar que gênero é uma construção social e faz parte da identidade da pessoa, a qual ela se reconhece como homem, mulher ou LGBTQIA+. Para Louro (1997) a identidade é a maneira como o ser humano se insere na sociedade, a partir de suas ações, discursos e práticas, a maneira de ser e estar no mundo. Segundo Colling (2018 p. 9) “nossas identidades são culturais, ou seja, elas não são completamente inatas, naturais ou determinadas por algum componente genético”, é a maneira a qual o sujeito se identifica e explica quem ele/a é e suas particularidades subjetivas. Todo o processo histórico, político e econômico forjam a construção dessa identidade.

Ao longo da história homens e mulheres foram divididos por emprego, grau de escolaridade, oportunidades e dentre outros; isso causou a desigualdade que é perceptível nos dias atuais e refletem na vida de muitas pessoas e em diversos contextos. Além disso, enquanto o homem era educado para ser o chefe e ter o poder sobre tudo e todos/as, a mulher deveria servir o lar, cuidar dos filhos e do bem estar da casa. Louro (1997) diz que ao longo da história o lugar do homem e da mulher foi sendo construído (socialmente), tornando-se algo natural e inquestionável. É possível ver essa realidade presente nas escolas, onde o menino prefere as brincadeiras ao ar livre e precisam de mais espaço, já as meninas ocupam menos espaço e não exploram o ambiente.

Esse fato mostra como as relações de poder estão imbricadas no cotidiano e em diversos lugares, considerando o espaço escolar como ponto de pauta principal. O capitalismo industrial tem influenciado as esferas sociais e diversos setores, principalmente a educação, Louro (1997) diz que a escola fabrica indivíduos de acordo com qualquer prática educacional e em hipótese alguma a escola e/ou o professor devem assumir neutralidade, as decisões

devem ser tomadas, e segundo Freire (1996) a posição política e crítica deve ser estabelecida e assumida com a responsabilidade de promover a educação para a prática da emancipação e liberdade do indivíduo.

Para isso, é preciso se reinventar a cada dia, desnaturalizar o que é imposto pelo poder que quer na maioria das vezes impor um modelo de educação que serve para conservar a sociedade e manter como está. O ser docente deve estar vinculado a combater o medo, incertezas, ser crítico, questionador e se policiar das perspectivas impostas. A primeira dinâmica do curso foi feita no intuito de convidar para retirar essa máscara e pensar maneiras diferentes de se fazer educação.

O Curso Corpo, Gênero e Sexualidade tomou como ponto de partida a abordagem do filme *As sufragistas* (2015) que retrata evidentemente a primeira grande revolução marcando o início da luta do movimento feminista pelo direito ao voto, a qual várias mulheres levantaram-se e questionaram seus direitos de fazer parte das decisões do Governo. Neste filme são abordadas questões como desigualdade de gênero, violência (física, moral, psicológica e principalmente simbólica), trabalho infantil, abuso sexual de menores de idade, desigualdade racial, machismo e dentre outros; e ainda observamos e discutimos como muitas dessas situações ainda persistem nos dias de hoje.

Vimos como o movimento feminista teve início com a primeira onda no século XIX e XX, na Europa e Estados Unidos, pautando como luta o direito ao voto e participação na política. Este movimento em sua grande maioria, foi composto por mulheres brancas que tinham seus empregos e que lutavam por melhores condições na vida social. É necessário apontar também um recorte racial, pois enquanto a mulher negra servia ainda a condição de escravidão e queria ser livre, a branca gozava deste privilégio (mais que as mulheres negras) e essa realidade permanece até os dias atuais, segundo Carneiro (2011, p. 129):

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos.

A segunda onda do feminismo foi em 1960 e de acordo Colling (2018), este movimento tinha como ponto de pauta a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e também participação na vida social e política. Uma das grandes escritoras desta época foi Simone de Beauvoir, autora do livro *O segundo sexo* (1949) que narra toda a

trajetória das mulheres, em contextos diferentes desde a antiguidade. Considerando que a mulher é o outro sexo que está sempre atrás e em segundo plano perante uma imagem masculina, ela aborda que a sociedade sempre foi masculina desde os tempos remotos até a época que este livro foi escrito; e não é que depois de mais de 70 anos do lançamento esta perspectiva continua praticamente igual? Em 1964 foi imposta a ditadura militar, sendo um golpe que reprimiu a liberdade da mulher e todos os movimentos sociais, inclusive o feminista.

De acordo com Beauvoir (2019, p. 84) “A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher”. Depois que o homem deixou de ser nômade e fixou-se no solo, a esposa dentro de um casamento era vista como um bem, assim como as terras que o marido possuía, este poderia exercer autoridade e poder sobre a família. Novamente retomando Beauvoir (2019, p. 85) [...]a transmissão da propriedade faz-se de pai a filho e não mais da mulher a seu clã. É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nesta família a mulher é oprimida.

Mas talvez o homem sempre pode ter assumido esse poder político e social que influencia na vida das mulheres até hoje, por que o machismo é estruturante e coloca a mulher numa posição subalterna e em condições desiguais, seja no trabalho, escola ou na sociedade em geral. Ela pode ter o poder financeiro, mas o machismo invisibiliza, neutraliza, silencia, bate e mata todos os dias. Segundo o G1¹, no contexto pandêmico atual, onde a vítima e o agressor tiveram que conviver juntos por um período maior, a taxa de feminicídio subiu e nos primeiros meses de 2020, 1.890 mulheres foram mortas de forma violenta, aumentando em 2% quando comparado a 2019 no mesmo período.

Na atualidade a mulher já tem o direito de estudar, trabalhar e escolher o que quer fazer, mas o poder político ainda permanece longe de ser alcançado. Ainda que a Lei nº 12.034 de 29/09/2009 aponte que as eleições sejam proporcionais e que haja no mínimo 30% e no máximo 70% de eleitores/as de cada sexo, isso mostra um cenário mais assustador quando o IBGE aponta que em 2021 há apenas 14,8% de mulheres em exercício na câmara dos deputados e apenas 16% dos/as vereadores/as eleitos/as foram mulheres. Sendo possível tirar a conclusão de que a grande maioria das mulheres que se candidatam são apenas para preencher cotas e no final eleger homens.

¹ Portal de notícias brasileiro mantido pela emissora de televisão, a Globo.

Corpo, Gênero e Sexualidade na Educação Infantil

Segundo Louro (1997) é na escola que aprendemos o que sentir, o que tocar (ou não) tudo é construído e moldado de forma que saibamos diferir o que é decente ou indecente, certo ou errado. As crianças muitas vezes são ensinadas a ter vergonha ou receio do próprio corpo e diante disso, não o exploram de maneira que possam conhecer a si mesmas e descobrir-se, assim como diz Beauvoir (2019 p. 67) “não é a natureza que define a mulher: esta é que se define retomando a natureza em sua afinidade”. Desta forma, todas essas questões devem ser trabalhadas na educação infantil de maneira didática e leve.

Falar sobre corpo, gênero e sexualidade ainda é um grande desafio dentro da escola, principalmente na educação infantil. Ser professor nesta modalidade de ensino demanda muita dedicação e conhecimentos, é necessário muito estudo no que se refere a aprendizagem, as fases de desenvolvimentos da criança, para que, de fato possa intervir de forma consciente no momento necessário. Muitas vezes os professores(as) não estão preparados para abordar sobre o tema em sala de aula, uma vez que, o mesmo é um assunto polêmico e por isso carregado de inseguranças para se trabalhar.

Como o tema sexualidade ainda é pouco discutido na área da educação infantil, ainda prevalecem articulações conceituais do senso comum, que causam embaralhamentos, misturas e confusões. Essas noções naturalizam-se, de tal modo, que se tornam quase imperceptíveis, porém produzem consequências políticas demasiadamente importantes para serem ignoradas (SCHINDHELM, 2011, p.12).

Nos dias atuais está cada vez mais complicado discutir essas questões, pois a sociedade preconceituosa impõe novas formas de agir e pensar. A escola por sua vez, busca trabalhar uma diversidade de conteúdos, no entanto deixa a temática por fora, sendo este um lugar de construção de identidade dos alunos, deve buscar criar uma geração que respeite as diversidades incluindo também a diversidade sexual e de gênero. Silva (2007, p.10) explica sobre o papel do professor diante das questões sobre sexualidade:

Em uma sociedade complexa como a nossa, em tempos em que a escola assume tanta importância, refletir, se posicionar, receber orientações, fazer leituras e discussões ligadas à sexualidade é fundamental para todos nós. E, portanto, para quem trabalha ou cuida de crianças em seus primeiros anos de vida. Para quem necessita tocar, limpar, cuidar, alimentar, proteger, tanger um corpo que sente, que percebe, que vive em suas experiências por aquilo que ele pode organizar através dele. Em resumo, para quem é responsável por tantas iniciações fundamentais, tanto na vida pessoal como na escolar das crianças.

Sabemos que são muitas as dificuldades encontradas pelo professor, uma delas é a insegurança de trabalhar as questões de gênero e sexualidade com mais abrangência na sala de aula da educação infantil. Dessa forma, é recorrente as indagações dos profissionais de educação sobre a maneira de como trabalhar corpo, gênero e sexualidade sem envolver suas crenças, culturas, etc.:

Muito da dificuldade que nós educadoras/es temos em compreender a sexualidade na infância tem a ver com a tendência a pensar a sexualidade apenas a partir do ato sexual ou da reprodução humana. Se crianças não podem se reproduzir, então não podem fazer sexo, portanto: não têm sexualidade. Mas sexualidade não tem a ver só com o ato sexual – muito menos apenas com reprodução. Conhecer o nosso corpo e sentir prazer com ele é algo que fazemos desde que nascemos (BERTOLINI, Alexandre, et al. 2014, p.46).

Na educação infantil, a criança explora sua sexualidade através das interações, brincadeiras, jogos e atividades em grupo e individual, por isso é necessário que o educador(a) tenha em mente que “falar de sexualidade de crianças obviamente não é a mesma coisa que falar de sexualidade em adolescente e adulto” (BERTOLINI, Alexandre, et al. 2014, p.46). É certo que, a dificuldade não está apenas no professor(a), mas em toda equipe pedagógica, pois incluir a temática no planejamento e currículo escolar precisa de um trabalho minucioso para que saiba a melhor maneira e o melhor momento de falar sobre o tema dentro da sala de aula.

A maioria dos profissionais da educação ignoram as perguntas das crianças sobre sexualidade ou até mesmo fantasiam suas respostas, fazendo com que as mesmas criem conceitos errados, insegurança e ansiedade. Para Luckesi (2002) os professores precisam estar aberto às transformações sociais e que possam ser facilitadores do saber, mantendo uma relação de afetividade e transparência. Nota-se então que a grande dificuldade de trabalhar o tema está, principalmente, nos estigmas dos próprios professores que carregam consigo suas vivências e crenças. É importante ressaltar que:

A curiosidade sexual é a principal responsável pelo despertar da aprendizagem. A curiosidade sexual e o desejo do saber se manifestam logo no início da nossa vida. É por meio deles que compreendemos de onde e como viemos ao mundo e isso nos leva a querer entender como é que funciona e o que o — resto! das coisas do mundo. Assim, começamos a conhecer e a pensar. Quando podemos levantar hipóteses, podemos pensar. Quando podemos pensar podemos conhecer e estabelecer relações afetivas (SILVA, 2007, p. 18).

É interessante compreender a construção da sexualidade dentro da escola e conhecer como ocorre este processo, pois é muito importante no desenvolvimento da criança ela conhecer o seu corpo e o corpo do outro, compreendendo assim que existem regras e respeito e isso deve vir em primeiro lugar antes de aprender qualquer coisa relacionada a essas questões.

Para entender como trabalhar a sexualidade na educação infantil, precisamos ter em mente a educação corporal, pois é através desta que gera o saber que contribui para o processo do "se conhecer", das responsabilidades corporal e efetiva, para formação de valores éticos e principalmente para superar os preconceitos e desigualdades de gênero.

É direito da criança ser orientada para compreender as manifestações do seu corpo, por isso é tão importante desenvolver sua corporeidade para que ela seja capaz de reconhecer crimes, como por exemplo, de abuso e exploração sexual infantil. É papel do professor(a), apropriar-se sobre o conhecimento do corpo e da sexualidade em cada etapa da formação da criança para que o mesmo possa orientá-las de maneira correta e não errônea.

Outro ponto a se destacar é sobre o gênero. A escola vem ganhando grande centralidade na sociedade atual, desta mesma maneira que ela vem ganhando espaço, está sendo alvo dos religiosos, da família e do estado, pois na história da educação brasileira este espaço foi construído para formar meninos e meninas. As práticas pedagógicas, por mais que mostra não trabalhar com questões de gênero da escola estas aparecem de forma implícita quando separam os brinquedos de meninas e meninos, quando formam fila menina de um lado e menino de outro, entres outras são forma de levar o gênero para escola e também contribuir para a reprodução das desigualdades.

A escola é um dos meios de inserir a criança no ambiente social, a partir do momento que proporciona a ela a oportunidade ter contato com outras pessoas. É normal ouvir dizer que os meninos se comportam de forma ativa e é mais traquino na sala de aula, já as meninas são mais delicadas, estudiosas e educadas. Esses estereótipos vem sendo construídos historicamente e sendo passado de geração para geração. Nessa perspectiva:

Os comportamentos de gênero não são uma consequência natural. Esses comportamentos são aprendidos, e mais do que isso: são ensinados. Pela família, pela comunidade, pela mídia e pela escola. Exatamente: por nós educadoras e educadores. [...] as normas de gênero, que dizem como cada homem ou mulher deve sentar, andar, falar, vestir, trabalhar, amar, sonhar, não são produto biológico, mas uma construção social, cultural e histórica. E nesse jogo a escola, e especialmente a educação infantil, cumpre um papel

fundamental, de (re)produção de comportamentos (BERTOLINI, Alexandre, et al. 2014,p.52).

Diante dessas discussões, é perceptível que o profissional da educação infantil deve atentar-se para os assuntos discutidos em sala de aula fazendo com que a criança tenha a oportunidade de interagir e expressar seus sentimentos. Por isso é necessário que o professor estude a fundo sobre a importância do corpo, gênero e sexualidade na educação infantil.

Emergência do gênero

Para discutir sobre gênero se faz necessário voltar um pouco na história e entender que é complexo quando se fala deste e da sexualidade. No senso comum designamos o sexo da criança assim que ela nasce, os pais já tem em mente uma concepção de menino ou menina, o médico diz qual o sexo de acordo a ciência com base em fatores genitais, hormonais e a quantidade de cromossomos, daí a criança é registrada, recebe seu nome de “homem ou mulher”. Atualmente muitos países já vem mudando essa concepção, não sendo necessário determinar o sexo da criança na certidão de nascimento e já existe a possibilidade de trocar de nome.

Quando falamos a palavra gênero, pensamos logo nas duas categorias, a feminina e a masculina, conseqüentemente novos aspectos são atribuídos, tais como comportamentos e características que acompanham um indivíduo, como por exemplo, menino brinca de carrinho e menina de boneca, nesse sentido se refere pelo modo que devemos agir baseados nas concepções hierárquicas existentes na sociedade. Mas o conceito de gênero está em constante debate, pois as práticas discursivas mudam com o passar do tempo juntamente com a sociedade, as questões de gênero estão muito voltadas para questões de poder e os indivíduos estão diante de uma sociedade machista, preconceituosa, racista, homofóbica, enquanto isso a identidade, aceitação, inclusão e o sentimento de pertencimento estão em jogo.

No Curso de extensão “Corpo, gênero e sexualidade” foi possível compreender que gênero pode ser definido como uma identidade que é formada através das relações sociais e culturais, do expressar socialmente independentemente dos fatores biológicos. Que as caixas categóricas de gênero levaram a invisibilidade das mulheres. Louro (1997, p. 17), em seu livro, destaca que “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas teve como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da ciência”.

O conceito de gênero passou a ser repensado no interior do feminismo, de forma que desnaturalizasse os conceitos hierárquicos entre homens e mulheres, de acordo perspectivas epistemológicas e políticas. Segundo Colling (2018, p. 24), “gênero, para o feminismo, não é ideologia, mas uma categoria de análise útil para identificar e denunciar as relações e assimetrias entre gêneros, entre homens e mulheres, em nossa sociedade.”

As discussões apresentadas no grupo de estudos trouxeram a compreensão de gênero através de pensamentos de diversos teóricos. Partindo dos pressupostos de Butler (2000), a contextualização de gênero independe do genital, que está ligado aos sentimentos de pertencimento que o indivíduo se autodeclare diante da sociedade, sua identidade por meio de performances e faz uso dos diversos signos sociais, tais como modo de agir, comportamentos, gestos e vestuário. Sendo assim, o gênero pode ser compreendido como uma identidade que é formada através das relações sociais e culturais, do expressar socialmente independentemente dos fatores biológicos de acordo as caixas categóricas.

A linguagem inclusiva de gênero também vem sendo muito problematizada, existem guias de linguagem neutra (todes, todas e todos; alun@s), porém apareceram projetos de lei para refrear o uso nas escolas, supondo-se que prejudica a leitura. Mas, defensores consideram essa suposição errônea, que os fenômenos linguísticos são de fácil compreensão e são considerados como recurso pedagógico para discutir contextos de uso tanto formal, norma culta e redes sociais. Enfim, novos caminhos estão sendo traçados para inclusão de gênero, homens, mulheres e LGBTQIA+ para que os direitos das crianças e adolescentes estejam disponíveis e promovam a equidade nas escolas.

Considerações finais

Diante das discussões e contribuições apresentadas a partir das vivências e experiências adquiridas no curso de extensão, foi possível detectar a necessidade de nós, sociedade, futuras (os) pedagogas (os) e demais profissionais na área da educação de estar em constante processo de formação para ampliar a visão de mundo, contribuir no enfrentamento do sexismo, problematizar e dialogar sobre corpo, gênero e sexualidade em diferentes espaços.

É muito relevante, o desenvolvimento de projetos nas instituições de ensino, assim como este desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia-UNEB, campus XII. Que visam a inclusão, pensamento crítico e construtivo dos participantes, para que os mesmos tenham

embasamento teórico e prático para promover um ensino acolhedor aos/as seus/suas educandos/as, contribuindo ainda com a formação de indivíduos atuantes na sociedade.

Considerando a longa estrada que temos que percorrer para alcançar a equidade de direitos para a diversidade sexual e de gênero que o mundo moderno nos revela ser tão dinâmica e fluida, faz-se necessário que mais pesquisas venham reforçar os discursos que descontroem a sexualidade como fixa, estável e natural e que estes discursos tornem-se palpáveis nas políticas públicas, nos currículos escolares e na vida social.

O Curso de Extensão “Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo a diversidade sexual, o enfrentamento ao sexismo e à LGBTQIA+fobia” ainda não finalizou. Teremos discussões sobre a LGBTQIA+fobia e observaremos seus vínculos com a heteronormatividade e outros fenômenos discriminatórios, analisaremos estratégias de “negação” adotadas pelos interessados em se eximirem do enfrentamento de cada fobia nas escolas; analisando o crescente interesse em favor de ações mais abrangentes no enfrentamento da violência, do preconceito e de discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Por isso a importância de se promoverem ações que forneçam aos estudantes e profissionais da educação diretrizes, orientações pedagógicas e instrumentos para consolidarmos uma cultura de respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero. Para isso, resulta igualmente indispensável estimular a produção e a difusão de estudos e pesquisas nestas áreas.

Referências

ASSASSINATOS de mulheres sobem no 1º semestre no Brasil, mas agressões e estupros caem; especialistas apontaram subnotificações durante a pandemia. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/assassinatos-de-mulheres-sobem-no-1o-semester-no-brasil-mas-agressoes-e-estupros-caem-especialistas-apontam-subnotificacao-durante-pandemia.ghtml> . Acesso em: 25 de mar. de 2021.

As sufragistas (2015), direção de Sarah Gavron, 106 min. Cor.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 5. Ed. Nova fronteira: Rio de Janeiro. 2019.

BERTOLINI, Alexandre, et al. **Trabalhando a Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: currículo e prática pedagógica**. Rio de Janeiro.2014.

BUTLLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira L. (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Tradução Tomáz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo negro: São Paulo, 2011.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciência: Salvador, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: paz e terra, 2011.

IBGE: Estudo mostra desigualdade de gênero no mercado de trabalho. **Uol**, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/agencia-brasil/2021/03/04/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho.htm> . Acesso em: 23 de mar. de 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHINDHELM, Virginia Georg. **A sexualidade na educação infantil**. Revista Aleph Infâncias. Ano V N° 16. Novembro de 2011.

SILVA, Maria Cecília Pereira da. **Sexualidade começa na infância**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Joelma Oliveira Farias

Graduanda do 5º semestre do curso de Pedagogia, Universidade do Estado da Bahia(UNEB) Campus XII; Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docencia (PIBID). E-mail: fariasjof@gmail.com

Joseane de Jesus Souza

Graduanda do 5º semestre do Curso de Pedagogia, Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XII; Bolsista da Iniciação Científica- IC. E-mail: joseanesouzacba2018@gmail.com

Vanessa Costa Souza

Graduanda do 5º semestre do curso de Pedagogia, Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XII. E-mail: vanessasouzabibi@gmail.com

Marisela Pi Rocha

Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências/UFBA, Especialista em Psicologia Educacional/PUC-MINAS, Pós Graduação em Neuropsicopedagogia/Universidade Cândido Mendes; Pós Graduação em Gênero e Sexualidade/Faculdade Dom Alberto. Professora Substituta na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XII; Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire/ NEPE/ UNEB/ Campus XII e GEHFTIM - Grupo de Estudos e Pesquisas Hermenêuticas sobre Famílias, Territórios, Identidades e Memórias/UESB/JEQUIÉ. E-mail: mariselaroc@gmail.com